

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº..... DE 2012.
(do Senhor Deputado Edinho Bez)

Requer à Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) informação a respeito do fim da concessão do Porto de Imbituba, bem como sobre tudo que envolve este caso.

Requeiro, na qualidade de Deputado Federal, Coordenador de Portos e Vias Navegáveis da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, nos termos da lei, informações sobre o fim da concessão do Porto de Imbituba, a fim de que possamos subsidiar ações que visem à garantia da continuidade das atividades do Porto Público mais importante para o Sul do País e para o Brasil, dentre outras informações que julgarem necessárias, requeiro o seguinte:

- 1- Como temos conhecimento, via jornais, de que o Governo Federal assinou contrato de DELEGAÇÃO COM ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SC-PARCERIA, por um período de 02 (dois) anos, requeiro cópia dos instrumentos legais, bem como cópia de todas as bases legais que possibilitou o presente contrato;
- 2- Ao que nos parece, a absorção dos trabalhadores do Porto de Imbituba deveria ser realizada pela União, por sucessão, haja vista, que todas as atividades portuárias irão continuar e que em se tratando de trabalhadores que conhecem todas as rotinas do porto, vejo de forma natural que isto aconteça. Ante esta breve opinião, requeiro informações sobre quais motivos o Governo Federal não encaminhou esta

solução, para que a partir disto dar o encaminhamento ao estado de Santa Catarina, em se tratando o Governo Federal o responsável primeiro pelo porto;

- 3- Informar o estágio atual dos entendimentos entre as partes envolvidas na transição (União, Estado de Santa Catarina e Companhia Docas de Imbituba) quanto aos direitos dos trabalhadores ativos e aposentados, a fim de que a situação não tenha que ser resolvida pelo Judiciário;
- 4- Qual o estágio dos entendimentos entre a União e a CDI quanto às tomadas de contas e caracterização dos créditos reivindicados pela CDI;
- 5- Entre outras informações que esta Secretaria julgar necessárias, lembrando que o processo já se encontra em andamento e com alguns questionamentos jurídicos.

JUSTIFICAÇÃO

É nítida a insegurança social e jurídica ocasionada pela falta de planejamento de todas as partes envolvidas. Não sendo para menos a preocupação de toda família portuária, incluindo os empresários que cobra a melhor solução para todos os envolvidos. Logo, requeiro com a urgência que o assunto exige todas as informações constantes deste requerimento.

Brasília, em ____de dezembro de 2012.

Deputado EDINHO BEZ
PMDB-SC